



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

RHAYANNA JÉSSICA OLIVEIRA CAVALCANTI

**A INTERFACE ENTRE O PSICOPEDAGOGO E O AUXILIAR DE INCLUSÃO:
PROMOVENDO A EQUIDADE NA ESCOLA**

Orientador(a): Prof^ª. Ms. Márcia Paiva de Oliveira

JOÃO PESSOA

2016

RHAYANNA JÉSSICA OLIVEIRA CAVALCANTI


A INTERFACE ENTRE O PSICOPEDAGOGO E O AUXILIAR DE INCLUSÃO:
PROMOVENDO A EQUIDADE NA ESCOLA

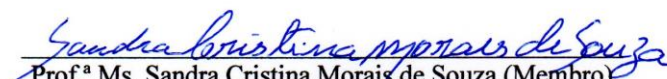
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado de Psicopedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof.^a Ms. Márcia Paiva de Oliveira.

Aprovado em: 16 / 06 / 2016.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Ms. Márcia Paiva de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba


Prof.^a Ms. Sandra Cristina Morais de Souza (Membro)
Universidade Federal da Paraíba

A INTERFACE ENTRE O PSICOPEDAGOGO E O AUXILIAR DE INCLUSÃO: PROMOVENDO A EQUIDADE NA ESCOLA

RESUMO

Esse estudo buscou verificar a influência da ação profissional do psicopedagogo e do auxiliar de inclusão nas escolas regulares, que buscam uma inclusão satisfatória. Esses profissionais contribuem para o processo de ensino aprendizagem e ajudam na promoção da inclusão e permanência do aluno com deficiência na escola regular. Portanto, objetivamos analisar a relação profissional do psicopedagogo e do auxiliar de inclusão, acerca dos benefícios dos mesmos frente à aprendizagem do aluno com deficiência. Metodologicamente essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de campo qualitativa, do tipo levantamento, com características descritivas, no qual foram analisados os aportes teóricos da área e as falas dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Para tanto, foram aplicadas entrevistas estruturadas com 02 (dois) psicopedagogos e 04 (quatro) auxiliares de inclusão, do gênero masculino e feminino, de escolas da rede pública de ensino e da rede privada, da cidade de João Pessoa-PB. A idade dos participantes variou entre 24 e 52 anos. Os dados obtidos por meio das entrevistas permitiram compreender que, de fato, existe uma relação entre os profissionais mencionados e suas ações trazem benefícios para o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com deficiência na escola.

Palavras-chave: Psicopedagogo. Auxiliar de inclusão. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho está centrado na interface entre a ação profissional do psicopedagogo institucional e a do auxiliar de inclusão, no contexto escolar de uma instituição privada de João Pessoa e outra pública da rede municipal de ensino. Pela própria natureza da educação inclusiva, acreditamos ser uma atuação diferenciada na formação do indivíduo de modo global, ou seja, não apenas em âmbito acadêmico, mas também nas atividades do cotidiano escolar, tais como, no brincar e na recreação, consequentemente nas relações sociais junto a seus pares.

Para o desenvolvimento do trabalho levamos em consideração alguns pontos importantes: A psicopedagogia institucional, o papel do psicopedagogo, o papel do auxiliar de inclusão e Inclusão escolar, todos relacionados à equidade, visando não apenas a inserção dos alunos nas escolas, mas também a inclusão deles, que se obtém com ajuda do psicopedagogo e auxiliar de inclusão, que por sua vez recebe outras nomenclaturas como: cuidador, monitor e facilitar, neste trabalho será referido como auxiliar de inclusão.

Na busca por informações e reflexões torna-se importante fazer uma indagação sobre: de que forma o auxiliar de inclusão juntamente com o psicopedagogo pode favorecer na aprendizagem de alunos com deficiência? A resposta à esse questionamento esperamos responder com essa pesquisa. O tema citado é relevante, pois vem ampliar as propostas de inclusão no contexto da escola inclusiva. Com esse estudo pretendemos verificar se de fato os resultados dessa parceria são benéficos para o desenvolvimento do aluno com deficiência. Sabemos que ações existentes entre o psicopedagogo e o auxiliar de inclusão é possível contribuir e facilitar no processo de ensino aprendizagem dos alunos, visto que, é uma forma de promover a equidade na escola regular.

A Psicopedagogia constitui um conjunto de práticas institucionalizadas de intervenção no campo da aprendizagem, seja no âmbito da prevenção, seja no diagnóstico psicopedagógico e no tratamento das dificuldades de aprendizagem, patológicas ou não. O psicopedagogo é o profissional preparado para atender crianças, adolescentes e adultos com problemas de aprendizagem. Sua atuação está voltada para uma ação coletiva com toda a equipe que abrange a direção, equipe técnica, professores, auxiliar de inclusão, família, alunos e demais funcionários da escola, busca-se

compreender como acontece a relação ensino-aprendizagem no espaço educativo. (BOSSA, 2011)

Nesse sentido, o psicopedagogo dará assistência ao professor, bem como ao auxiliar de inclusão e aos demais profissionais da instituição, visando à melhora e a prevenção dos problemas de aprendizagem. O auxiliar de inclusão é o responsável por acompanhar o aluno em sala de aula, com o objetivo de desenvolver a autonomia e a aprendizagem. Esse agente de inclusão deve ter uma relação de reciprocidade com os professores para que possa, de fato, ajudar no processo educativo do aprendente sob sua responsabilidade.

É importante incluir e respeitar aqueles que apresentam alguma dificuldade para aprender, nesse sentido, a Psicopedagogia oferece recursos para favorecer um estudo dos processos cognitivos e dos mecanismos psicológicos que estão apresentando algum sintoma em relação à aprendizagem.

A escolha desse tema foi instigante porque visa identificar a influência do psicopedagogo e do auxiliar de inclusão no desenvolvimento cognitivo e social do aluno com deficiência, justifica-se também por haver uma necessidade de esclarecimento sobre o papel do psicopedagogo e do auxiliar de inclusão no ambiente educacional inclusivo, devido à falta de informação e clareza no entendimento destas profissões e pela falta desses profissionais inseridos nas escolas.

Atualmente, ainda encontramos algumas confusões sobre esse conceito. Surge com isso algumas questões como: Quem é o auxiliar de inclusão? O que ele faz? Quem é o psicopedagogo? Qual é o seu papel? Qual é a importância desses profissionais no contexto escolar? Para melhor aprimoramento do estudo, foram feitas buscas em sites virtuais, livros e artigos científicos, usou-se como guia publicações dos últimos dez anos.

Diante dessa discussão introdutória, podemos dizer que o objetivo dessa pesquisa é analisar a relação profissional do psicopedagogo e do auxiliar de inclusão, acerca dos benefícios dos mesmos frente à aprendizagem do aluno com deficiência. Especificamente, buscamos conhecer o papel do psicopedagogo e do auxiliar de inclusão visando à relação desses profissionais com a inclusão escolar, promover a análise comparativa entre o fazer dos referidos profissionais da escola pública e privada e verificar o nível de conhecimento teórico e prático dos auxiliares de inclusão sobre o

trabalho com pessoas deficientes. Fizemos a escolha por investigar esses dois campos de pesquisa, por acreditar que essa relação se dá de forma diferenciada nos dois contextos.

2 CONHECENDO A PSICOPEDAGOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES

A Psicopedagogia é uma arte, ofício e paixão! Um saber que se constrói com muita informação e saberes de diversas áreas. Um fazer de cada dia, que acredita no potencial do aprendente, desenvolve a aprendizagem e realiza um trabalho de mudança, conquistando para a vida, adulto, jovem e criança. Para a psicopedagogia “[...] cada ser é ensinante e ao mesmo tempo aprendente, dirigi-se ao conhecimento de um modo muito envolvente” (BEAUCLAIR, 2009, p.25).

Nesse sentido, o autor acima citado nos leva a compreender que a Psicopedagogia não é apenas uma área de conhecimento ou profissão. O trabalho da Psicopedagogia é promover reflexões, mudanças e transformações, desenvolve aprendizados, entende o aluno como alguém com valores que ao mesmo tempo em que aprende ensina com sua maneira de aprender.

Historicamente, a Psicopedagogia surgiu na Europa a partir da junção de algumas ciências, como a Psicologia e a Medicina, as quais tinham como objetivo a reabilitação de crianças com baixo desempenho escolar, a fim de promover eficácia acadêmica das pessoas que apresentavam alguma dificuldade. Assim, afirma Bossa (2007) a Psicopedagogia surgiu pela necessidade de compreender o processo de aprendizagem, tendo, portanto, um caráter preventivo e terapêutico. Chegou ao Brasil na década de 80, com o dever de atender a criança com dificuldade em diferentes áreas do desenvolvimento. Atualmente vem buscando desenvolver seu próprio campo de conhecimento, com caráter multidisciplinar e atuando sobre as dificuldades de aprendizagem e distúrbios que precisam ser prevenidos. (ALMEIDA, 2010)

O autor com essa afirmação tenta definir a Psicopedagogia como uma área que se ocupa em compreender o problema de aprendizagem, dividindo-se em duas abordagens, sendo elas clínica e institucional. A abordagem clínica para Fontes (2006) consiste na intervenção terapêutica psicopedagógica sobre a pessoa que não aprende por motivos individuais ou familiares. Já a abordagem institucional ou preventiva tem seu

foco na instituição de ensino e o problema de aprendizagem dos alunos, o trabalho é realizado principalmente sobre os profissionais envolvidos na prática educativa da escola.

Assim, entendemos que a Psicopedagogia tem como foco não só o aluno que tem dificuldades para aprender, mas a análise do meio em que vive e os agentes que de alguma forma fazem parte dessa aprendizagem, sendo eles a família, a escola e os profissionais que dela fazem parte.

De acordo com o código de ética da ABPp, a Psicopedagogia é o campo de atuação em educação e saúde que lida com o processo de aprendizagem humana; seus padrões normais e patológicos, considerando a influência do meio no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da Psicopedagogia; atuando com diagnóstico específico e tratamentos para aqueles que, de um modo ou de outro, apresentam dificuldades na aprendizagem.

Como podemos observar a Psicopedagogia se propõe a compreender o processo referente às dificuldades de aprendizagem escolar com a tentativa de transformar a realidade; se preocupa com a aprendizagem humana e com os alunos que estão envolvidos nesse processo de aprender. Considerando como influência não só fatores orgânicos, mas o meio em que o aluno está inserido: família, escola e sociedade, para que assim seja possível promover mudanças e construir saberes.

Durante muitos anos, o problema de aprendizagem era entendido como consequência de problemas orgânicos. Eram desprezados os componentes afetivos, sociais e culturais, que também interferem no ato de aprender. As crianças que não aprendiam eram levadas ao médico, que na maioria das vezes eram submetidas a exames e ao uso de medicamentos controlados. (SERRA, 2012)

Sabemos que, de fato, uma criança pode precisar de tratamentos médicos e possuir dificuldades de aprendizagem como consequência, mas nem sempre é o caso da maioria. Não devemos focalizar apenas na causa do “não aprender”, mas também é necessário refletir sobre as práticas pedagógicas e todo contexto do educando. É importante levarmos em consideração de como a aprendizagem se constitui para podermos entender que os problemas de aprendizagem podem estar vinculados a escola ou a família e até do contexto socioeconômico.

Porto (2011) afirma que a aprendizagem é um processo vincular, que se dá entre ensinante e aprendente, ocorre entre subjetividades. Tem caráter subjetivo, pois o aprender implica desejo que deve ser reconhecido pelo aluno. A aprendizagem vai além do aprender dos conteúdos escolares, o aprender envolve simultaneamente a inteligência e as necessidades, por meio das necessidades buscam-se o subjetivo e o diferente. Concordando com Porto (2011), o autor Beauclair (2009) complementa e cita que a atuação do psicopedagogo está ligada aos múltiplos movimentos psíquicos e subjetivos presentes na aprendizagem, que se desenvolvem nos campos educação e saúde e não se disvinulam dos processos de cognição e aprendizagem e dos laços familiares e sociais.

A aprendizagem é afinal, um processo fundamental da vida. Todo indivíduo aprende, e por meio da aprendizagem, desenvolve os comportamentos que o possibilitam viver. Todas as atividades e realizações humanas exibem os resultados da aprendizagem (PORTO, 2011 *apud* CAMPOS, 2003, p. 122).

Portanto, assim se estabelece uma relação particular do aluno com o conhecimento e o significado de aprender. A aprendizagem se constitui na capacidade de aprender, à medida que surgem as necessidades, surge um novo aprendizado. É necessário entender a maneira de como cada pessoa aprende e quais os vínculos se tem com aquele que ensina e com a forma que é transmitido o conhecimento, desse modo à família e o contexto social estão ligados a esse vínculo. A aprendizagem é essencial para a sobrevivência humana, os autores Porto (2011 *apud* CAMPOS 2003) deixam claro não se detém em apenas conteúdos escolares, mas na forma em desenvolver outras modalidades como a comunicação, a socialização, a autonomia entre outros.

Na escola a Psicopedagogia surgiu a partir de demandas da humanidade e das transformações sociais e históricas dos alunos. (SERRA, 2012). Ao olharmos para educação, nos perguntamos, qual é o profissional da escola mais adequado para ajudar a solucionar os problemas de aprendizagem. Esse profissional seria o psicopedagogo? Muitos dizem que sim, porém a Psicopedagogia não é o milagre, mas é uma forma diferenciada de compreender a aprendizagem, desenvolver e atuar sobre ela. Na procura de poder perceber o sentido cognitivo, afetivo e social de cada questão.

O atendimento psicopedagógico na instituição escolar tem como objetivo o desenvolvimento de habilidades e competências, não só de conteúdos. Aprender os conteúdos deve ser uma consequência da intervenção psicopedagógica. Dessa forma,

não visa apenas sanar problemas de aprendizagem, mas as características multidisciplinares do sujeito que aprende, buscando melhorar seu desempenho e aumentar suas potencialidades de aprendizagem. (SERRA, 2012)

Para a Psicopedagogia são recursos essenciais o desejo de aprender e o desejo de ensinar, para que esses recursos sejam efetivados uma das primeiras tarefas é que o educador resgate a autoestima do educando, pois ninguém consegue aprender se não tiver o desejo e o incentivo de acreditar nas suas possibilidades e potencialidades, como afirma Bossa (2007):

O trabalho psicopedagógico a partir de uma instituição escolar cumpre uma importante função social: a socializar os conhecimentos disponíveis, promover o desenvolvimento cognitivo e a construção de regras e conduta, dentro de um projeto social e mais amplo. A escola afinal é responsável por grande parte da aprendizagem do ser humano (BOSSA, 2007, p. 00).

O psicopedagogo institucional poderá oferecer auxílio as pessoas envolvidas no processo educativo do aluno com deficiência para uma melhor compreensão de uma sociedade plural e inclusiva, tornando-se um apoio estratégico diante de uma problemática na instituição. Desse modo, percebemos que esse profissional tem muito a colaborar com a prevenção e solução de muitos problemas escolares que, historicamente afetou as instituições de ensino. Contudo, com o advento da inclusão, tornando-se esta uma realidade em nosso país, com uma boa legislação e várias políticas públicas para as ações afirmativas, essa realidade vem mudando. No item a seguir veremos melhor as nuances da inclusão escolar de alunos com deficiência.

2.1 POR QUE EXCLUIR SE PODEMOS INCLUIR?

É preciso compreender que a escola não é apenas um espaço de leitura e escrita, é também um espaço de relações afetivas, é o espaço de vida, do desenvolvimento social. Com a mesma intensidade da leitura e escrita, é primordial que aconteça de fato a inclusão. (COSTA, 2009)

Segundo Cunha (2011), as políticas oficiais em nosso país reconhecem o processo de inclusão como uma ação educacional que tem por meta possibilitar o ensino de acordo com as necessidades do indivíduo. A inclusão escolar só começa a partir do momento em que, é compreendido de fato o seu significado. Pois, desse modo, toda

escola tem que incluir o aluno com deficiência, mas o desafio é incluir sem cometer a exclusão.

Não basta apenas incluir o aluno no ensino regular, a escola precisa estar preparada para atendê-los, oferecendo todo o amparo, não apenas estrutural, mas integrá-lo no ensino, nas relações sociais, no brincar, isso irá refletir no seu desenvolvimento e lhe permitir uma melhor qualidade de vida. É notória a necessidade de realizar adaptações no currículo, nos espaços físicos, na postura do professor e no papel da família, quando essas ações não são realizadas a escola deixa de incluir e passa a excluir.

De acordo com Mantoan (2015), incluir é a capacidade de entender e reconhecer o outro, conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. É não deixar ninguém de fora da escola comum ensinando todas as crianças, indistintamente.

Para incluir antes de qualquer coisa se faz necessário compreender as diferenças. Diferenças estas que podem ser vistas como condição para realização de um trabalho diferenciado, partindo do princípio de construir competências e desenvolver habilidades através da oportunidade e da experimentação. A inclusão deverá ser entendida como desenvolvimento da autonomia acontecendo no mesmo espaço que se desenvolve a cognição. (COSTA, 2009)

Nessa perspectiva, é importante sabermos que existem muitas escolas que afirmam serem inclusivas, quando na verdade tratam a inclusão como um atrativo a mais, oferecendo alguns tipos de esporte ou extraclasse como forma de incluir. Para que de fato seja consumada a inclusão, a escola deve atender a todos de maneira particular. Trabalhar a inclusão sugere o trabalho em grupo multidisciplinar, e o trabalho em grupo sugere o psicopedagogo, o auxiliar de inclusão e a equipe pedagógica escolar. Para que assim sejam oferecidas condições diferenciadas para o aluno deficiente. Por isso a importância de profissionais preparados para adaptar modelos e recriar situações, pois à medida que se trabalha a aprendizagem desenvolve-se o cognitivo, a autonomia e outras habilidades.

A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) prioriza o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo. Saber ler e escrever é essencial para a vida social, porém os alunos que têm alguma deficiência precisam primeiramente ter

autonomia para poder realizar atividades da vida diária, tarefas que para alguns podem ser simples, mas que para eles tem um grande significado e dificuldade de realização.

As escolas na maioria das vezes estão preocupadas apenas em passar os conteúdos curriculares em sala de aula, que acaba gerando um mecanismo rotineiro: hora transmissão de conteúdo, hora estudar as longas lições, hora avaliação. Nessa dinâmica esquecem de trabalhar com os alunos a lidar com possibilidades de insucessos e deixam de compreender as diferenças. Trata-se da realização de um currículo engessado, inadequado a realidade da escola inclusiva.

Para Cunha (2011), um currículo inclusivo precisa ir do formalismo ao lúdico e do lúdico ao formalismo, da disciplina a criatividade e da criatividade a disciplina. É importante que se tenha autonomia dentro de um processo educativo pedagógico, que haja valorização e criatividade dos que fazem parte da escola. Ou seja, os princípios de um currículo inclusivo incluem a definição de alguns conhecimentos a serem apropriados por todos os alunos, no sentido de, respeitar as singularidades, diferenças individuais e em grupos sociais. O professor precisa mediar esses alunos, de modo que, envolva-os com a aprendizagem independente de existir déficits ou deficiências.

Complementando com as palavras de Cunha (2011), incluir é elevar a autonomia, estimular o prazer de aprender e utilizar-se de metodologias que desenvolva o ensino aprendizagem adequado ao indivíduo com deficiência. Trata-se da readaptação curricular que deve considerar o sujeito singular, embora incluso em um contexto mais amplo. Nesse sentido, não cabe ao professor apenas dominar conteúdos específicos de sua área, mas deve se informar de assuntos diversos, inclusive das características próprias da deficiência de seus alunos em processo inclusivo.

Portanto, não se faz uma escola apenas com regras, é preciso acrescentar dedicação, não se faz um currículo escolar apenas para se trabalhar as disciplinas curriculares em sala de aula, o ideal é que este currículo esteja articulado com as dinâmicas sociais provenientes dos conhecimentos e da cultura dos alunos.

“Hoje em dia há um crescente consenso de que a escola é um privilegiado espaço onde se articula a produção do conhecimento com o compromisso de cidadania, capaz de cumprir a mais elevada destinação social do saber (CUNHA, 2011, p.23)”.

Entende-se, desta forma que, todos os alunos com deficiência possuem o direito a educação, independentemente de suas limitações: são cidadãos brasileiros e têm os seus direitos garantidos na Constituição Federal de 1998 e reafirmado na LDB de 1996, além dos decretos que regulamentam as ações inclusivas. Para tanto, a escola precisa de mudanças para poder ser inclusiva. Para poder incluir a escola necessita romper barreiras e buscar novas tentativas.

Outros fatores devem ser observados, como a contratação de profissionais especializados; a compreensão do papel do profissional psicopedagogo e sua relação com o auxiliar de inclusão como facilitador e mediador da aprendizagem, no sentido de que será o psicopedagogo que irá direcionar o fazer do auxiliar, além de oferecer aos professores uma formação continuada e assessoria psicopedagógica para melhor prepará-lo para o atendimento de alunos com deficiência. Como afirma Costa (2011), os professores estão gritando por isso, quando na maioria das vezes afirmam que não se sentem preparados para realizar a inclusão, ou não sabem como agir.

Segundo Teixeira (1997, *Apud* COSTA, 2009), a escola deve fornecer a cada indivíduo, meios para participar plenamente com suas capacidades naturais, na vida social. No geral os professores se angustiam por não conseguir solucionar os problemas dos alunos, é nessa busca que se perdem.

O que precisa fazer é mediar situações que favoreça a solução desses problemas. A formação continuada é uma oportunidade de autorreflexão, que contribui tanto para a formação profissional quanto a pessoal. A escola precisa também ser reorganizada e adaptada a partir da estrutura física, na questão da acessibilidade, além de metodologias que garantam o processo inclusivo e desenvolva a aprendizagem dos alunos. Como bem diz Cunha:

A escola contemporânea não pode ser inflexível e estanque, pois a inteligência é uma constante adaptação. As modificações anatômicas do cérebro acontecem ao longo da vida. Com elas, por meio de estímulos, são adquiridas habilidades, desenvolvidas dimensões emocionais; descobre-se o mundo surgindo um novo olhar sobre a vida (CUNHA, 2011, p.53).

Portanto, a escola deve estar voltada para o respeito dos alunos e as possibilidades, dando oportunidade de experimentação, compreendendo suas dificuldades e desenvolvendo suas habilidades, buscando o avanço da autonomia e do

relativo sucesso escolar. As mudanças de estratégias de ensino podem contribuir para que todos aprendam. Diante de todas as colocações feitas até aqui não podemos falar de inclusão escolar de alunos com deficiência sem citar a influência da Psicopedagogia para que isso aconteça de fato e não só de direito.

2.2 O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO

De acordo com o artigo 3º do Código de Ética da Psicopedagogia da Associação Brasileira de Psicopedagogia, reformulado pelo Conselho da ABPp, gestão 2011/2013 e aprovado em assembleia geral em 5/11/2011, é papel do psicopedagogo trabalhar no âmbito educacional e na saúde, com foco no processo de aprendizagem e suas dificuldades. A atividade psicopedagógica tem como objetivo:

- Promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social;
- Compreender e propor ações frente às dificuldades de aprendizagem;
- Realizar pesquisas científicas no campo da Psicopedagogia;
- Mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem;

Sendo assim, cabe a este profissional perceber eventuais perturbações no processo da aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características individuais do grupo. No caráter assistencial, sua participação é na elaboração de planos e projetos educacionais em equipe multidisciplinar. (BOSSA, 1994, *apud* SOARES, SENA, 2012)

O psicopedagogo institucional atua diretamente nas escolas, deve trabalhar em parceria e conhecer muito bem a instituição escolar, professores, direção, coordenadores, comunidade, enfim todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, e principalmente os alunos que fazem parte dessa escola, iniciando o processo do seu trabalho pelo próprio aluno. É o profissional responsável por fazer adaptações curriculares e participa do assessoramento dos professores.

Segundo Porto (2011), o trabalho na instituição escolar apresenta duas naturezas: o primeiro está voltado para o grupo de alunos que apresentam dificuldades na escola, tem o objetivo de reintegrar e readaptar o aluno à situação de sala de aula, possibilitando o respeito as suas necessidades e aos ritmos. Tem como meta desenvolver funções

cognitivas integradas ao afetivo. O segundo tipo refere-se à assessoria aos profissionais da escola, enriquecendo os procedimentos em sala de aula, na avaliação de currículos e no planejamento junto aos professores e orientadores. Tem como objetivo trabalhar as questões escolares, as relações vinculares entre professor e aluno e redefinir os procedimentos pedagógicos.

Dessa forma o psicopedagogo em suas ações preventivas deve adotar uma postura crítica diante das dificuldades de aprendizagem dos alunos, visando propor ações que sejam voltadas para a melhoria da prática pedagógica das escolas, solucionando questões do não aprender, a fim da melhoria para o aluno que tem ritmos lentos para realizar as atividades escolares.

Uma das características principais do seu papel é o preventivo, quer seja clínico ou educacional. Seu trabalho é ajudar, orientar e principalmente diagnosticar corretamente os problemas relacionados à aprendizagem, intervindo e fazendo os devidos encaminhamentos, quando necessários ao psicólogo, fonoaudiólogo, médicos e entre outros. Levando em consideração que a vida do sujeito deve se dar de forma harmoniosa e equilibrada tanto orgânica, emocional, cognitiva e socialmente. (ACAMPORA, 2012)

O psicopedagogo é responsável pelo assessoramento aos professores e aos auxiliares de inclusão, no sentido de conhecer e acompanhar todas as práticas escolares, em um trabalho conjunto, dando o suporte necessário de como as atividades deve ser realizadas na sala de aula com os alunos que tem alguma deficiência, e se preciso encaminha-los a outros profissionais, levando em consideração que existem diferentes modelos de aprendizagem e cada um tem o seu, para que assim, a aprendizagem seja mediada entre auxiliar, professor e aluno, viabilizando a permanência deste na escola.

2.3 AUXILIAR DE ALUNOS DEFICIENTES: SUPORTE PARA UM AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO

Nos últimos anos aumentou o número de estudantes com deficiência matriculados no ensino regular e a presença do auxiliar de inclusão para trabalhar na sala de aula junto ao professor é essencial. Segundo o Ministério da Educação, 78% desses estudantes estão matriculados na rede pública, com deficiência física, sensorial e cognitiva ou de outras naturezas.

Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) é universalizar o atendimento escolar para alunos de 4 a 17 anos com deficiência, preferencialmente em ensino regular, mas para que permaneçam na escola estes alunos precisam de melhorias que vão dos suportes físicos à mobilização da comunidade escolar, passando pela reformulação curricular e pela aquisição de profissionais para o suporte pedagógico e psicopedagógico, até da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

De acordo com o jornal *camãra dos deputados* (2014) foi elaborado pelo deputado E.B. médico, de Minas gerais, um projeto que prevê cuidadores nas escolas para auxiliar alunos com deficiência. A legislação já prevê a inclusão desses alunos, mas é importante também haver a presença de um profissional na sala de aula que ajude na mobilização e nas tarefas escolares. Dos 25 milhões de alunos do ensino fundamental matriculados nas escolas públicas, mais de 500 mil têm algum tipo de deficiência. Eles estão em escolas especiais ou em turmas regulares, juntos aos alunos sem deficiência. A ordem do ministério da educação é incluir todos os alunos nas escolas comuns.

É preciso inclui-los no ensino regular seja ele público ou privado, mas é importante que a escola esteja preparada para recebê-los. Sabemos que existem momentos na educação que o bom professor, mesmo com todas suas habilidades, não é o suficiente para sanar as dificuldades dos alunos. O cotidiano escolar carregado pelos educadores impõe desafios à escola e aos educandos revelando os limites da formação, bem como dos aspectos estruturais da escola. Nesse momento o professor e a escola ambos limitados procuram ajuda de profissionais com habilidades em atender a essa demanda, são eles, os psicopedagogos e os auxiliares de inclusão.

2.3.1 Entendendo o papel do auxiliar de inclusão e sua relação com a Psicopedagogia

O auxiliar de inclusão é um mediador que atua como facilitador entre diversos contextos de aprendizagem seja familiar, escolar e social. Estes profissionais tem função de atender e dar suporte ao aluno e ao professor na escola tem uma importância ímpar na medida em que o seu papel é estabelecer as pontes necessárias entre os diversos contextos que suportam o desenvolvimento do indivíduo. (SILVEIRA, COSTA, SESTARO, 2012)

O auxiliar de inclusão é o profissional que está dentro da sala de aula, ao lado do aluno, auxiliando o professor numa dinâmica de atividades cotidianas exigidas no

ambiente acadêmico, que muitas vezes, alguns alunos não conseguem acompanhar esse processo de ensino e aprendizagem em função de alguma deficiência. Muitos têm algum comprometimento que leva à necessidade de um apoio, esse apoio é simples e extremamente importante, que vai da locomoção, alimentação e atividades pedagógicas, esse auxílio é uma forma de incluir o aluno no ensino regular, além de desenvolver a aprendizagem, não só no sentido pedagógico, mas de forma em que eles consigam aprender tarefas mais simples do dia a dia. Isso é a promoção da equidade no processo inclusivo.

Esse profissional pode ser um professor auxiliar, um estagiário de pedagogia, psicopedagogia, psicologia ou alguém da área da saúde. É importante que os auxiliares busquem cursos de capacitação para conhecer e atender melhor a respeito da dificuldade do aluno o qual ele acompanha, para ajuda-los sempre naquilo que for preciso. Conhecer as características da deficiência é aconselhável, até do conhecimento do próprio aprendente na sua singularidade.

O objetivo primordial do trabalho do auxiliar de inclusão é promover o bem-estar do aluno, dando suporte de várias maneiras e proporcionando dignidade na participação de uma educação inclusiva, sem preconceitos ou restrições, dessa forma todos saem ganhando tanto o aluno como o professor, a família e a escola.

É papel do auxiliar de inclusão está inserido na rotina da escola, frequentar a sala de aula, conversar com os professores para poder contribuir com as interferências, acompanhar individualmente o aluno com deficiência, para que ele consiga realizar atividades escolares, dando suporte para que o aluno possa manusear o material didático, no sentido de que ele sinta-se a vontade e realize as atividades junto aos outros alunos com desenvolvimento típico, como também na alimentação e higiene, embora as questões de construção de conhecimentos seja o ponto chave da ação do auxiliar de inclusão, afinal, esse é o objetivo primeiro da escola e da inclusão.

Por isso, é fundamental a assessoria do psicopedagogo junto aos auxiliares de inclusão, pois esses darão o suporte necessário à realização do acompanhamento adequado do auxiliar, no sentido do aporte à construção do conhecimento pelo aprendente. Esse é mais um desafio do psicopedagogo.

Beauclaer (2009), fala que as perspectivas da Psicopedagogia e os desafios futuros são questões primordiais. Construir saberes e abrir espaço para mudanças,

desenvolver potencialidades e autonomia. A Psicopedagogia engrandece-se pela capacidade humana de sonhar e buscar um mundo melhor, apartir de uma atuação cooperativa e competente. Nessa perspectiva podemos citar o fazer do auxiliar de inclusão e a atuação do psicopedagogo como colaboradores no processo de construção e de desenvolvimento do aluno com deficiência, uma forma de desenvolver habilidades e inclui-los na sala de aula regular.

O auxiliar de inclusão dentro da sala de aula é um mediador da aprendizagem, uma ponte que auxilia e atende as necessidades do aluno junto ao psicopedagogo e o professor como forma de facilitar a transmissão do conhecimento. É importante que haja uma troca de informações por parte destes profissionais. O psicopedagogo é responsável por fazer adaptações no currículo da escola e o auxiliar participa dessas adaptações juntamente com o aluno na sala de aula, com a intenção de leva-lo a aprender.

O papel do psicopedagogo e do auxiliar de inclusão acabam por se unir no sentido linear da inclusão, quando ajudam na construção do saber, do desenvolvimento da aprendizagem, da autoestima, das potencialidades, das habilidades e da autonomia do aluno com deficiência. Em vista disso, é necessário relacionarmos esses profissionais que interagem no processo inclusivo, de modo que os mesmos, de uma forma ou de outra, contribuem por beneficiar o aluno com deficiência.

Para que aconteça a inclusão dos alunos com deficiência com êxito é necessário o provimento de muitos fatores já mencionados nesse artigo, mas é inegável a grande necessidade do auxiliar de inclusão para os cuidados no âmbito escolar. A presença de um psicopedagogo também é indispensável na escola inclusiva. Portanto, a disponibilização de um auxiliar bem preparado pedagogicamente e tecnicamente é uma medida fundamental para a efetivação da educação inclusiva. Nesse sentido, é importante que a família e os educadores, tenham interesse e busquem informações sobre a temática, permitindo assim um melhor direcionamento no que diz respeito à psicopedagogia frente ao fazer do auxiliar de inclusão.

3 MÉTODO

3.1 DELINEAMENTO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo qualitativa, do tipo levantamento, com características descritivas, no qual foram analisados os aportes teóricos da área e as falas dos sujeitos envolvidos na pesquisa: Psicopedagogos Institucionais e Auxiliares de Inclusão. Para tanto, foi utilizada uma entrevista, com questões abertas, as quais foram analisadas de modo qualitativo, tomando como base o referencial teórico para a análise dos achados da pesquisa a Psicopedagogia.

3.2 PARTICIPANTES

Contou-se com a participação de 02 (dois) psicopedagogos e 04 (quatro) auxiliares de inclusão, do gênero masculino e feminino, de escolas da rede pública de ensino e da rede privada, da cidade de João Pessoa-PB. A idade dos participantes variou entre 24 e 52 anos.

3.3 INSTRUMENTOS

Para a realização desta pesquisa foi utilizado como instrumento uma entrevista estruturada composta por 10 perguntas abertas, sendo uma para o Auxiliar de Inclusão e outra para o Psicopedagogo, ambas contendo algumas perguntas diferenciadas, com foco em coletar dados da relação entre o psicopedagogo e o auxiliar de inclusão e as ações realizadas em benefícios da aprendizagem dos alunos com deficiência, além de questões sócio demográficas tais como: idade, sexo e formação acadêmica

3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISES DOS DADOS

Inicialmente foi apresentado o projeto às instituições escolhidas como campo de pesquisa, sendo uma da rede pública e uma da rede privada, a fim de solicitar as devidas autorizações para a coleta dos dados. Após a aceitação das escolas, os profissionais foram convidados a participar da pesquisa de aplicação de uma entrevista, e no ato foi informado à voluntariedade da participação, do caráter anônimo e confidencial de todas as informações.

Uma vez tendo concordado com a participação no estudo, os respondentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, baseado nos preceitos éticos vigentes para a realização de pesquisas com seres humanos, defendidos pela Resolução n. 466/12 e 251/97 do CNS/MS. Foram explicados aos participantes sobre o objetivo da pesquisa, no qual eles teriam de responder as questões de acordo com suas profissões e

suas ações efetivas na escola. A entrevista foi aplicada em contexto coletivo na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), em ambas as escolas e respondido de forma independente por cada participante e teve uma duração média de 30 minutos.

Os dados achados na pesquisa foram tratados de forma qualitativa, tabulados por categorias e analisados à luz da teoria de Análise de Conteúdos, como veremos a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O QUE DIZEM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA: PSICOPEDAGOGOS E AUXILIARES DE INCLUSÃO

Os achados dessa pesquisa foram obtidos por meio de entrevista estruturada e aplicadas com os profissionais psicopedagogos e auxiliares de inclusão, da escola pública e privada, com levantamento dos dados a partir das respostas dos sujeitos. Analisamos nesse item do trabalho as falas desses dois grupos amostrais, que serão apresentados em tópicos e mencionados os principais achados do estudo.

Portanto, para melhor compreensão dos achados foram apresentados em blocos descritos abaixo e representados por categorias como: relação profissional ‘Psicopedagogo’ e ‘Auxiliar de Inclusão’; ações psicopedagógicas e pedagógicas; percepção sobre a inclusão escolar.

4.1.1 Psicopedagogo

O Primeiro dado achado refere-se à relação profissional entre os dois grupos do estudo, auxiliar de inclusão e psicopedagogo, ambos da escola pública e privada, afirmaram existir de fato uma relação proximal entre os mesmos no cotidiano escolar, uma vez que, o psicopedagogo é o responsável por coordenar o fazer do auxiliar de inclusão na escola. Essa relação se dá por haver trocas de informações diárias, orientações constantes e reuniões em que são discutidas medidas que melhor se encaixe no quadro do aluno que apresenta tal deficiência, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento do aluno em sala de aula e ajudando a desenvolver a aprendizagem desses alunos, assim, afirmaram os psicopedagogos e auxiliares de inclusão em suas falas.

Como bem afirma Porto (2011), [...] o trabalho do psicopedagogo institucional refere-se à assessoria aos profissionais da escola, desse modo o trabalho do

psicopedagogo é junto aos profissionais da escola, tem a função de pensar e refazer o trabalho no cotidiano escolar junto aos professores e demais profissionais, assessorando o fazer do auxiliar, e acompanhando as práticas pedagógicas para que assim a aprendizagem do aluno seja mediada através do apoio e do trabalho desses profissionais.

Desse modo percebe-se que de fato existe uma relação entre estes profissionais em ambas as escolas, e que estão sempre em conexão no que se refere ao aluno com deficiência e as dificuldades de aprendizagem, com o objetivo de beneficiar e promover mudanças no âmbito escolar.

O Segundo achado refere-se às ações realizadas para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Trata-se de como essas ações podem contribuir para o processo de ensino-aprendizagem. De acordo com a fala dos sujeitos da pesquisa, percebemos que as ações na escola privada são realizadas com frequência e partem das orientações psicopedagógica com os professores e a equipe escolar, aos alunos com dificuldades e deficiência e a utilização da sala de apoio para suporte na aprendizagem; já na escola pública são desenvolvidas atividades lúdicas dentro do contexto exigido pela direção da escola, essas atividades são realizadas na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), podendo ser alteradas, dependendo do laudo de cada aluno.

Durante a aplicação da entrevista em conversa com o Psicopedagogo da escola pública foi relatado que, é permitido à contratação de no máximo 04 auxiliares de inclusão, sendo para casos onde o aluno apresente laudo ou não possa se locomover sozinho. No entanto, a escola tem uma quantidade maior que essa de alunos com deficiência matriculados e que frequentam as aulas regularmente, e com isso percebe-se que o atendimento ao aluno acaba sendo limitado apenas para os que apresentam laudo médico.

Segundo os Psicopedagogos do grupo amostral desse estudo, existe uma grande necessidade desses profissionais (Auxiliares de Inclusão) nas escolas, pois a dificuldade de aprendizagem dos alunos com deficiência, síndromes e transtornos é grande. Não se trata apenas dos que tem laudo médico, mas também dos que estão em processo de diagnóstico e aqueles que ainda estão em hipótese diagnóstica. A necessidade existe e a dificuldade também, no entanto falta a presença de Auxiliares de Inclusão nas escolas para auxiliar os alunos com as referidas condições.

Em relação à intervenção para as dificuldades de aprendizagem, o Psicopedagogo da escola privada afirma desenvolver intervenção junto aos alunos a partir de estratégias como orientação a família; orientações aos professores; adaptação de conteúdos escolares e provas diferenciadas para os alunos com deficiência. Já o Psicopedagogo da escola pública, afirma trabalhar a dificuldade do aluno na sala de AEE, mais uma vez reforça a informação de que na escola pública são realizadas ações para desenvolver a aprendizagem do aluno, porém são mais voltadas para a sala de apoio, na qual deveria estar voltada também para intervenções na sala de aula. Quanto ao trabalho de participação na elaboração do currículo e no planejamento da escola, os profissionais de ambas instituições pública e privada afirmaram participar de reuniões com professores e com a coordenação pedagógica, dando suporte à equipe e elaborando metodologias para desenvolver a aprendizagem dos alunos.

Portanto, cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo da aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características individuais do grupo. No caráter de assessoramento psicopedagógico, sua participação é, segundo Bossa (1994, *apud* SOARES, SENA, 2010), na elaboração de planos e projetos educacionais, em equipe multidisciplinar. Assim vem reafirmar a teoria com a prática de acordo com o modo em que, é desenvolvido o trabalho psicopedagógico.

Em relação à atuação do Psicopedagogo como forma desenvolver outras habilidades além de conteúdos escolares, os sujeitos pesquisados afirmaram que o trabalho na escola não se trata apenas de aprendizagens escolares, mas também são desenvolvidas outras habilidades além de conteúdos de sala, sendo elas: dança, música línguas estrangeiras, pinturas, confeccionar materiais, entre outros, essa é uma forma de inserir o aluno com deficiência e fazê-lo entender da sua capacidade e potencialidade. A Psicopedagogia engrandece-se pela capacidade humana de sonhar e buscar um mundo melhor, a partir de uma atuação cooperativa e competente. (BEAUCLAER, 2009)

Diante disso, é visível que os Psicopedagogos do grupo amostral da pesquisa reconhecem a sua importância e a dos profissionais Auxiliares de Inclusão nas escolas, que não se trata apenas de alguém para ajudar a desenvolver habilidades nos alunos com deficiência, mas em desenvolver o potencial, onde que muitas vezes o aluno tem sua autoestima baixa pela desvalorização sofrida na escola e até na família.

Como bem diz Cunha (2011), é importante que se tenha autonomia dentro de um processo educativo pedagógico, que haja valorização e criatividade dos que fazem parte da escola. Ou seja, na medida em que se desenvolve a aprendizagem escolar, desenvolve-se a autonomia. Com isso, podemos dizer que o Psicopedagogo tem um papel importante na escola e que as ações desenvolvidas tanto na escola pública como na privada, tem um objetivo único, a aprendizagem. Para que isso aconteça com todo o corpo discente, é necessário a figura do Auxiliar de Inclusão para dar o aporte aos alunos com deficiência e, conseqüentemente promover a equidade.

O Terceiro achado refere-se à percepção da atuação sobre a inclusão na escola. Essa categoria busca identificar a visão do Psicopedagogo sobre o seu papel como contribuinte para a inclusão escolar, bem como, a percepção desses profissionais sobre a escola em que trabalham, ou seja, se a instituição de ensino inclui adequadamente os alunos com deficiência. Nesse sentido, a percepção do Psicopedagogo da escola privada foi a de que o trabalho psicopedagógico tem a finalidade de habilitar a comunidade escolar com o objetivo de “promoção” do convívio e da harmonia e direito daqueles que possuem alguma deficiência. O Psicopedagogo da escola pública afirmou ser uma forma de oferecer igualdade de oportunidade para que o aluno deficiente tenha possibilidades reais de construir seu próprio conhecimento, como agente que participa do mundo que a cerca.

Portanto, na visão desses profissionais ouvidos nesse estudo, sobre o papel do psicopedagogo frente à inclusão, fica claro que para eles que a presença desse profissional no contexto escolar é uma forma de contribuir para a inclusão, uma vez que, oferece igualdade de oportunidade para que o aluno deficiente tenha possibilidades de construir seu próprio conhecimento, podendo participar e realizar atividades juntos aos alunos que não possuem deficiência. Como afirma Costa (2009), a escola não é apenas um espaço de leitura e escrita, é também um espaço de relações afetivas, é o espaço de vida, do desenvolvimento social. Com a mesma intensidade da leitura e escrita, é primordial que aconteça de fato a inclusão. Assim percebemos que a partir de relações afetivas é possível contribuir no desenvolvimento social do aluno.

Em relação à percepção da escola, os sujeitos afirmam serem inclusivas e que estão a cada dia tentando melhorar esse processo. Segundo Teixeira (1997, *apud* COSTA, 2009), a escola deve fornecer a cada indivíduo, meios para participar plenamente de com suas capacidades naturais, na vida social. Para tanto, é preciso que a

escola esteja preparada para atender aos alunos com deficiência, tanto no aspecto estrutural como na contratação de profissionais para melhor atendê-los.

4.1.1 Auxiliar de Inclusão

Esses sujeitos do grupo amostral desse estudo são profissionais do gênero feminino, estudantes de Psicopedagogia, Pedagogia e professoras formadas em Pedagogia. Todas foram muito solícitas em participar da pesquisa.

Como **Primeiro achado** dos questionamentos aos Auxiliares de Inclusão, os sujeitos reconhecem que existe uma relação profissional intrínseca entre o Auxiliar de Inclusão e Psicopedagogo. Enfatizando o que já foi dito no corpo teórico desse artigo, que essa relação, de acordo com os auxiliares, é positiva, pois existe uma troca de informações, esclarecimentos, diálogos e acordos, em que se propõem alternativas de trabalho e estratégias cognitivas para desenvolver o aluno. Visto que este é um modo de planejar juntos uma melhor maneira para desenvolver a aprendizagem dos alunos.

O **Segundo achado** refere-se ao papel do Auxiliar de Inclusão e as ações realizadas para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. De acordo com os achados, esses profissionais trabalham na sala de aula para a facilitação do desenvolvimento, auxiliando o aluno nas atividades escolares, como também na locomoção no recreio e nas aulas de educação física, isso quando se trata de alunos cadeirantes. Pois, os alunos que recebem esse apoio pelos Auxiliares de Inclusão, que participaram do estudo, portam deficiências diversas, tais como: paralisia cerebral, transtorno de comportamento e síndrome de Down.

O auxiliar de inclusão é um mediador que atua como facilitador entre diversos contextos de aprendizagem seja familiar, escolar e social. (SILVEIRA, COSTA, SESTARO, 2012) Desse modo seu papel torna-se uma ponte para levar o aluno ao conhecimento em diversos contextos.

Em relação a desenvolver outras habilidades nos alunos, além de conteúdos escolares, todos os sujeitos afirmaram que sua atuação é uma maneira de poder desenvolver outras habilidades como: autonomia, comunicação, disciplina, cumprimento de regras, socialização com os professores e alunos, participação nas aulas e nas peças de teatro da escola como também em outros eventos, além de trabalhar a psicomotricidade e postura, atividades da vida diária (como pegar no copo para tomar água, pegar na colher para se alimentar), esses são casos onde o aluno que tem um grau

de comprometimento mais elevado, como os com a paralisia cerebral, que leva o aluno a necessitar de um apoio a mais.

O Terceiro achado trata-se da percepção sobre a atuação desses profissionais como forma de inclusão, como também do nível de conhecimento desses profissionais a cerca da deficiência trabalhada.

Três dos sujeitos afirmaram que sua atuação está ligada a promoção da inclusão, no sentido de que o trabalho exercido por eles serem uma maneira de facilitar a aprendizagem, e conseqüentemente o desenvolvimento do aluno, como também promove a socialização, uma vez que, ajudam o aluno a socializar-se com outros, tanto com os colegas de classe como os professores. Tal afirmação mostra a visão desses profissionais acerca de como sua atuação pode contribuir para a promoção da inclusão de alunos com deficiência na escola. Apenas um dos sujeitos afirmou não achar sua atuação uma forma de prover inclusão, por relatar que quem promove é a escola.

Em relação à percepção sobre a escola ser inclusiva, os sujeitos da escola privada mencionaram que a escola propõe sempre a permanência do aluno com deficiência na sala de aula juntos aos outros, mesmo com um atendimento adaptado de suas atividades; que a escola tem a presença de profissionais habilitados e materiais adequados para o trabalho com o aluno que apresenta comprometimentos físicos e cognitivos. Os sujeitos da escola pública afirmam que a escola se encontra bem estruturada para acolher os alunos com deficiência na sala do AEE. No que se refere ao nível de conhecimento teórico e prático sobre a deficiência do aluno em que os sujeitos trabalham, todos afirmaram que já tinham um conhecimento prévio sobre a deficiência dos alunos que acompanham, por terem visto na TV, nas redes sociais ou por parte de amigos em conversas informais. É importante que o Auxiliar de Inclusão busque cursos de capacitação para poder entender melhor a respeito da deficiência do aluno, para ajuda-los naquilo que for preciso já que estão lidando e vivenciando com esses alunos frequentemente.

4.1.1 A Guisa de discussão

De acordo com os profissionais da pesquisa, a partir de sua atuação são desenvolvidas ações com o objetivo de sanar as dificuldades dos alunos, bem como, desenvolver a aprendizagem, a autonomia, e outras habilidades através do suporte dado ao aluno em sala de aula e na preensão e intervenção. Esses foram um dos aspectos importante mencionado no questionário.

Isso posto, espera-se que diante dos dados coletados e analisados, acima relacionados de forma transcrita e organizada, seja possível ter um conhecimento a mais sobre a relação profissional entre o Psicopedagogo e o Auxiliar de Inclusão, acerca dos benefícios dos mesmos frente à aprendizagem do aluno com deficiência, síndromes e transtornos.

A partir desse estudo, espera-se também ter contribuído para a vertente institucional da Psicopedagogia, bem como para áreas afins. Acreditamos que o objetivo dessa pesquisa foi atingido, que é o de discutir quanto à questão desse relacionamento entre Psicopedagogo e Auxiliar de Inclusão, e como essa relação pode ser importante para a aprendizagem do aluno com deficiência no contexto escolar, a partir da construção de um ambiente prazeroso, que desenvolve no aluno o prazer de aprender, como também as repercussões de um trabalho diferenciado podem contribuir no desenvolvimento da aprendizagem e progressos educacionais para os aprendentes que necessitam de uma atenção especial no seu processo de escolarização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a relação profissional entre o Psicopedagogo e o Auxiliar de Inclusão, acerca dos benefícios dos mesmos frente à aprendizagem do aluno com deficiência, foi o objetivo perseguido e, portanto este foi o empenho da pesquisa, para lançar uma luz ao fato de que existe uma relação entre os profissionais mencionados no estudo e de que forma se dá essa relação, até que ponto contribui para a aprendizagem dos alunos com deficiência. Sendo assim, ao analisarmos de que forma o Auxiliar de Inclusão juntamente com o Psicopedagogo pode favorecer na aprendizagem de alunos com deficiência, trazemos dados teóricos adicionais a essa área.

Chamamos a atenção que ambos profissionais Auxiliar de Inclusão e Psicopedagogo possuem realmente uma relação profissional estreita, e que essa relação contribui para a permanência do aluno com deficiência na escola, visto que é uma forma de prover a inclusão no ensino regular como também desenvolve a aprendizagem desses alunos, de modo a propiciar a otimização do desenvolvimento do aluno através dessa relação. Nesse sentido essa relação acontece de forma cooperativa e a partir de trocas de conhecimentos e informações que beneficiará o aluno, ao desenvolver aprendizados e habilidades.

Verificamos que a atuação do Psicopedagogo da escola pública e privada se coincide a partir de suas falas, quando afirmam realizar diversas ações em benefícios para a aprendizagem dos alunos com dificuldades, porém o que diferencia um pouco é que, a ação do Psicopedagogo da escola pública está um pouco mais voltada para a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), já na escola privada o trabalho está voltado para adaptação de conteúdos da sala de aula. Em relação ao Auxiliar de Inclusão, as ações também se coincidem, no sentido de que, estão voltadas em dar suporte ao aluno na sala de aula. O Psicopedagogo e o Auxiliar de Inclusão tem um papel fundamental na escola onde visam não só a aprendizagem do aluno, mas a inclusão escolar, o que foi possível constatar por meio do estudo. Dessa forma os resultados da pesquisa foram consistentes com as expectativas, uma vez que os mesmos foram alcançados.

O Psicopedagogo é essencial na instituição escolar inclusiva, bem como o Auxiliar de Inclusão, pois com a ajuda desses profissionais é possível contribuir para a inclusão no ensino regular. Por meio de uma atuação diferenciada o aluno com deficiência tem a oportunidade de ser inserido no ensino regular e realizar atividades juntamente com os outros alunos com desenvolvimento típico. Além do mais, na escola esses profissionais estimulam o desenvolvimento de relações interpessoais, o estabelecimento de vínculos, a utilização de métodos de ensino que estimule no aluno o desejo de aprender.

Por outro lado, o Psicopedagogo procura envolver a equipe escolar, ajudando-a a ampliar o olhar em torno do aluno e das circunstâncias de produção do conhecimento, ajudando também ao aluno a superar os obstáculos, criando pontes que os auxiliarão para o desenvolvimento global, inclusive o cognitivo, que favorecerá na aquisição da aprendizagem.

O Auxiliar de Inclusão por sua vez, permite que os alunos com limitações de ordem motora, de comunicação, compreensão e mobilidade, possam realizar atividades propostas pelos professores durante as aulas ou em atividades extraclasse. Desta forma, pode despertar nos alunos o gosto pelas aulas e leva-los a enfrentar com confiança os desafios que lhes surgem, que muitas vezes podem se configurar em obstáculos intransponíveis, caso não contem com a mediação do Auxiliar de Inclusão.

A relação entre esses profissionais fica muito patente e configura-se em equidade na escola, como forma de promover mudanças educacionais visando à descoberta e o desenvolvimento das capacidades do aluno com deficiência.

Portanto, acreditamos nas contribuições desse trabalho, que pode ser visto como uma ponte que auxilia e ajuda a melhorar os resultados em sala de aula e aos interessados em promover mudanças na escola inclusiva. Diante de todas as colocações no corpo do texto, é possível perceber a importância desse estudo para trabalhos futuros, além de contribuir para entendermos sobre o papel do Psicopedagogo e do Auxiliar de Inclusão no contexto escolar e os benefícios para a aprendizagem. Com isso, fica claro que esses profissionais precisam estar inseridos na escola regular, pois têm muito a colaborar para a intervenção dos problemas de aprendizagem dos alunos com limitações.

INTERFACE BETWEEN PSYCHOPEDAGOGISTS AND THE INCLUSION OF AUXILIARY: PROMOTING EQUALITY IN SCHOOL

ABSTRACT

This study sought to determine the influence of professional action of the educational psychologist and inclusion helper in regular schools, seeking a satisfactory inclusion. These professionals contribute to the process of teaching, learning and help in promoting inclusion and the permanence of students with disabilities in regular schools. Therefore, we aimed to analyze the professional relationship of educational psychologist and the inclusion helper, about the benefits of the them facing the learning of disabled students. Methodologically this research is characterized as a qualitative field, research type survey, with descriptive characteristics, in which the theoretical contributions of the area and the speeches of the subjects involved in the research were analyzed. For both, interview were structured with two (02) educational psychologists and 04 (four) inclusion helpers, male and female, from public and private schools, from the city of João Pessoa-PB. The age of participants ranged from 24 to 52 years old. The data obtained through questionnaires allowed us to understand that, in fact, there is a relationship between the above professionals and their actions bring benefits to the development and learning of students with disabilities in school.

Keywords: educational psychologist. inclusion helper. Learning.

6 REFERÊNCIAS

ACAMPORA, Bianca. **Psicopedagogia Clínica: o despertar das potencialidades**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

ALMEIDA, Isabela. **A importância de um psicopedagogo em uma instituição escolar**. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/i101333.pdf. Acesso em: 28 mar 2016.

Associação Brasileira de Psicopedagogia: ABPp. Disponível em: http://www.abpp.com.br/codigo_de_etica_do_psicopedagogo. Acesso em: 04 abr 2016.

BOSSA, Nadia. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

BOSSA, Nádia. Fundamentos da Psicopedagogia. In: **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 17 abr 2016.

BEAUCLAIR, João. **Para entender Psicopedagogia: perspectivas atuais desafios futuros**. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/475455-CUIDADOR-DE-DEFICIENTES-SUPORTE-PARA-UM-AMBIENTE-ESCOLAR-INCLUSIVO-BLOCO-1.html>. Acesso em: 13 abr 2016.

COSTA, Verônica. **Inclusão, sem riscos de excluir**. Olinda, PE: Editora Babecco, 2009.

CUNHA, Eugênio. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

FONTES, Marisa. **Psicopedagogia e sociedade: história, concepções e contribuições**. 1 ed. São Paulo: Vetor, 2006.

_____. **LDB- Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm LDB. Dez 1996. Acesso em: 17 abr 2016.

MANTOAN, Maria Tereza. **Inclusão escolar o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus Editora, 2015.

_____. **PNE- Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm PNE. 2014. Acesso em: 17 abr 2016.

PORTO, Olívia. **Psicopedagogia institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

SERRA, Dayse. **Teorias e Práticas da psicopedagogia institucional IESDE Brasil S.A.** Curitiba 2012. Disponível em:
http://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_teorias_e_praticas_da_psicopedagogia_institucional.pdf. Acesso em 02 abr 2016.

SILVEIRA Letícia; COSTA, Nancy; SEASTRO, Vilma. **Tríplice Parceria: Um método de sucesso na inclusão escolar de pessoas com síndrome de Down**. São Paulo: Icac Editora, 2012.

SOARES, Matheus; SENA, Clério. **A contribuição do psicopedagogo no contexto escolar**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-contribuicao-do-psicopedagogo-no-contexto-escolar/81181/> Acesso em: 20 mar 2016.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PSICOPEDAGOGIA

Prezado (a) Colaborador (a),

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a relação do psicopedagogo e do auxiliar de inclusão, sobre os benefícios dos mesmos frente a aprendizagem. Para efetivação do estudo solicito sua colaboração para responder a este questionário.

Para que você possa respondê-lo com a máxima sinceridade, garantimos o caráter anônimo e confidencial de todas as suas respostas. Antes de prosseguir, necessitamos documentar seu consentimento, conforme exigência do Conselho Nacional de Saúde (Resolução 466/2012).

Desde já, agradeço sua colaboração.

Termo de Concordância

Assinando este termo, estou concordando em participar do estudo acima mencionado, sob orientação da Prof^{ra} Ms^a. Márcia Paiva de Oliveira, estando ciente de que os dados fornecidos poderão ser utilizados para fins científico-acadêmicos.

_____, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Participante

ANEXO A



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE PSICOPEDAGOGIA

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado(a) Diretor(a),

Sou Rhayanna Jéssica Oliveira Cavalcanti, aluna da graduação em Psicopedagogia, e estou desenvolvendo o projeto de pesquisa intitulado: **A interface entre o Psicopedagogo e o Auxiliar de Inclusão: Promovendo a equidade na escola**

Considerando que este projeto, que apenas poderá ser levado a diante com a colaboração da escola sob sua direção. O objetivo deste estudo é analisar a relação do psicopedagogo e do auxiliar de inclusão, sobre os benefícios dos mesmos frente à aprendizagem.

Frente, ao antes exposto, venho através desta solicitar sua autorização para que eu possa realizar a pesquisa em sua escola. Para isso, necessito que o(a) Sr(a) assine o termo de consentimento livre e esclarecido, que segue em anexo. Posso assegurar que todos os preceitos éticos serão respeitados, neste caso, não haverá possibilidade de identificação no questionário; assegurando o pleno anonimato. As respostas dadas serão mantidas em sigilo e apenas os responsáveis por este estudo terão acesso a elas.

Quero deixá-lo(a) ciente que sua autorização implica que tenha conhecimento e que concorde com o presente estudo, possibilitando que os dados sejam utilizados para estudos futuros, apresentações em congressos e/ou artigos científicos. Em todos os casos, no entanto, seguir-se-á assegurando o anonimato dos participantes do estudo e a omissão do nome de sua escola. Em razão da sua colaboração e permissão a que possamos desenvolver nosso estudo, ofereço como contrapartida à direção da escola uma síntese dos resultados encontrados. No caso, unicamente considerarei a amostra dos que tomarem parte da pesquisa.

Desde já, certo de contar com a sua autorização, agradeço imensamente. Receba meus cumprimentos,

Atenciosamente,

Rhayanna Jéssica Oliveira Cavalcanti

ANEXO B



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PSICOPEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre *a* “A interface entre o Psicopedagogo e o Auxiliar de Inclusão: promovendo a equidade na escola” e está sendo desenvolvida por Rhaynna Jéssica Oliveira Cavalcanti, do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Ms. Márcia Paiva de Oliveira.

Os objetivos do estudo é analisar a relação profissional do psicopedagogo e do auxiliar de inclusão, acerca dos benefícios dos mesmos frente à aprendizagem do aluno com deficiência, conhecer o papel do psicopedagogo e do auxiliar de inclusão visando à relação desses profissionais com a inclusão escolar, promover a análise comparativa entre o fazer dos referidos profissionais da escola pública e privada e verificar o nível de conhecimento teórico e prático dos auxiliares de inclusão a cerca do trabalho com pessoas deficientes.

Solicitamos a sua colaboração para responder um questionário com perguntas abertas, com duração de 30 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

João Pessoa , ____ de ____ de ____
dactiloscópica



Impressão

Assinatura do participante ou responsável legal

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

Prof. Ms. Márcia Paiva de Oliveira, Telefone (83) 9880-0410 ou para o Comitê de Ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley -Endereço: Hospital Universitário Lauro Wanderley- HULW – 2º andar. Cidade Universitária. Bairro: Castelo Branco – João Pessoa - PB. CEP: 58059-900. E-mail:: comitedeetica@hulw.ufpb.br Campus I – Fone: 32167964